

São Paulo, 27 de janeiro de 2012

Risco Estratégico, Político ou Financeiro?

Por Alexandre Yokote

Esta semana saiu a notícia sobre a VALE ter perdido processos, na esfera administrativa, relativos ao pagamento de imposto de renda sobre lucros no exterior, no valor de R\$ 9,8 bilhões, mais juros e multa. Similarmente ocorreu no final de novembro passado com R\$ 25 bilhões por tributos sobre lucros das coligadas e controladas da empresa no exterior (75% de multa sobre valores devidos)

"Vale sobre pendências tributárias

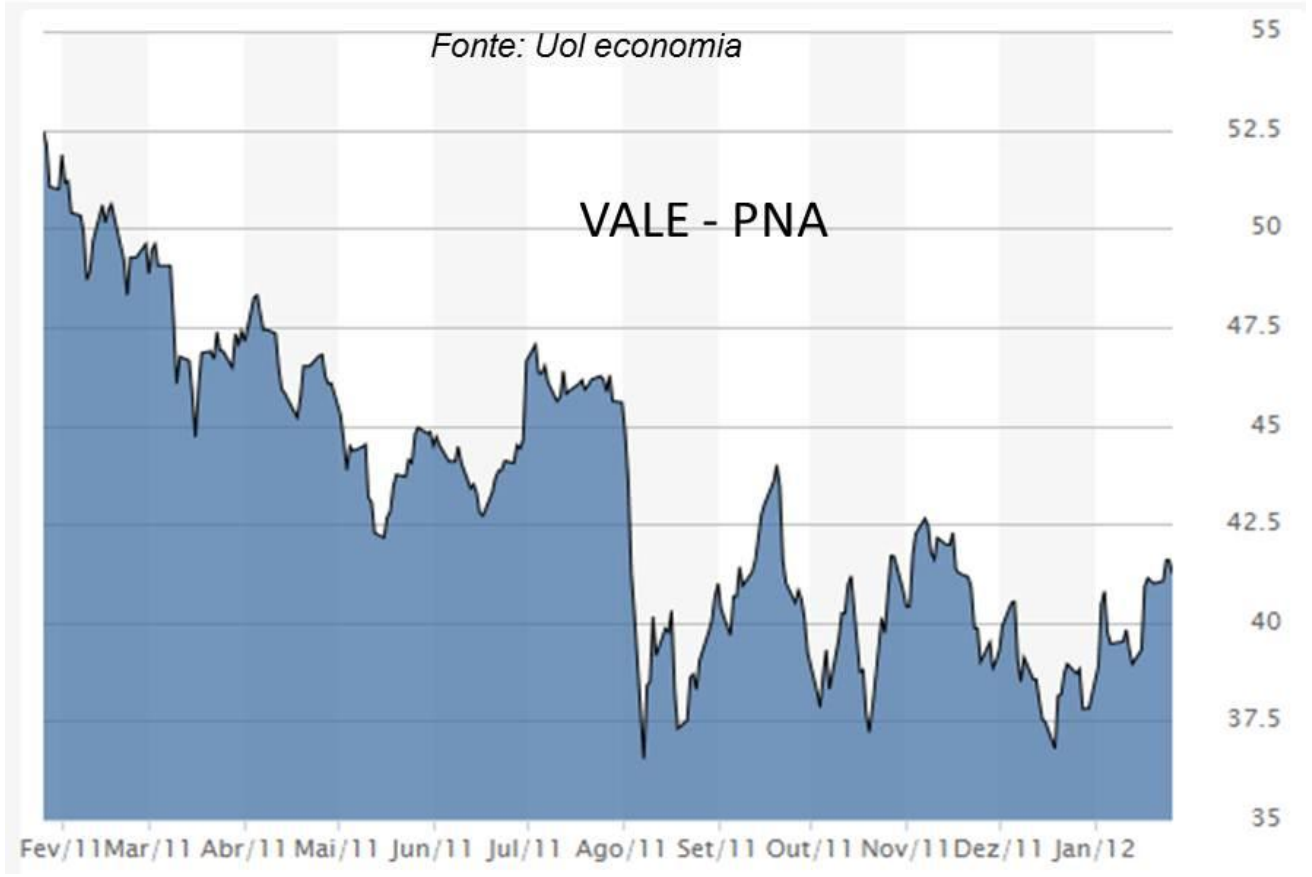
Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012 – A Vale S.A. (Vale) informa que foram proferidas, na esfera administrativa, decisões desfavoráveis em processos concernentes a imposto de renda sobre lucros no exterior, cujo montante é de R\$ 9,8 bilhões, acrescidos de juros e multa. A Vale apresentará os recursos necessários nas instâncias administrativas e judiciais superiores, com o objetivo de suspender a exigibilidade dos valores envolvidos, até que o julgamento do mérito apresentado pela Vale ocorra."

"Vale sobre processos judiciais

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2011 – A Vale S.A. (Vale) esclarece que a decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região foi proferida em Embargos de Declaração (referentes a decisão divulgada em press release divulgado pela Vale em 29 de março de 2011), cujo acórdão nos foi dado ciência na tarde de 28 de novembro de 2011 e a matéria relativa a lucros no exterior não está definida, vez que ainda será submetida ao STJ – Superior Tribunal de Justiça e ao STF – Supremo Tribunal Federal.

Esclarece, ainda, que os débitos relativos a esse assunto são objeto de autos de infração atualmente discutidos na esfera administrativa, nos quais foram proferidas decisões recentes favoráveis à Vale e que a decisão judicial não produz efeitos diretos sobre esses valores, não havendo, portanto, impacto econômico e financeiro imediato."

O quanto estas penalidades impactam financeiramente a companhia? Segundo a mídia, os investidores ainda olham com cautela o ocorrido, aguardando novas decisões jurídicas. Pode não ter sido um acidente como o da BP no Golfo do México ou o afundamento da P36, ou mesmo uma decisão inadequada sobre derivativos, mas o montante de penalidade potencial é financeiramente catastrófico.



Tomando por base o lucro líquido da companhia:

- 2008: R\$21,3 bilhões
- 2009: R\$10,3 bilhões
- 2010: R\$30,1 bilhões
- 2012 – 1º ao 3º trimestre: R\$29,5 bilhões

Podemos notar que o lucro líquido de um ano iria por água abaixo. Uma perda equivalente ao custo da construção da UHE de Belo Monte e da UHE Santo Antônio juntas.

O valor é maior do que a arrecadação do IRPF de 2011 e maior do que a arrecadação pelo IPI.

A questão ainda não muito pública é como se chegou a isso?

Se foi ou não decorrente de uma tomada de decisão (Estratégico) diretiva da VALE. Se existe ou não uma jurisprudência, ou uma nova interpretação nas regulamentações. Foram “gaps” na regulamentação tributária? Contradições, dupla tributação?... Vamos ter que aguardar as cenas do próximo capítulo.

Com certeza isso é um risco associado à globalização.

Em um cenário que vivemos nos últimos anos com o crescimento das empresas nacionais, muito das quais buscando não apenas vendas ao mercado externo, mas também operações em outros países, não apenas devemos olhar para o risco político comuns aos países de destino (consulte por exemplo The Handbook of Country Risk), mas também nos países de origem.